



UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL



IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
LAE - Laboratório de Arqueologia e Etnologia
Av. Bento Gonçalves, 9.500 - Anexo ao Prédio 43.311 Campus do Vale
Bairro Agronomia CEP 91509-900 - Porto Alegre / RS – Brasil
Telefones: (51)3308.7167 / 3308.6636 / Fax (51)3308.7306

26ª Reunião Brasileira de Antropologia – ABA

GT 05 – Povos Indígenas e Fronteiras Internacionais: uma perspectiva
antropológica

Coordenadores: Bruce Miller (UBC) / Stephen Baines (UnB)

**Rios da Bacia do Prata: Fronteiras do Mercosul, Eixos do Horizonte Cultural
Guarani**

Dr. José Otávio Catafesto de Souza
Professor Adjunto UFRGS

Resumo:

'Os Estados-Nação hoje designados como membros de Mercosul (sul do Brasil, norte da Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai) surgiram pela decomposição do território outrora fazendo parte do Horizonte Cultural dos povos de fala Guarani, que participaram do processo colonial jesuítico e que sobreviveram à margem do reconhecimento pleno por tais estados. A etnologia dos grupos Guarani atuais está desinvisibilizando sua surpreendente resistência cultural, colocando questões fundamentais sobre a territorialidade indígena e a arbitrariedade das fronteiras nacionais entre tais países, revelando que os grupos Guarani se mantiveram literalmente trans e internacionais.'

Introdução:

No momento em que repercute em todo o Brasil a discussão sobre uma suposta ameaça da soberania nacional em função do reconhecimento oficial de terras indígenas em regiões de fronteira internacional (a partir da polêmica criada em torno ao caso da demarcação de Raposa Serra do Sol em Roraima¹), é muito oportuno fazer comparação

¹ O assunto foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação no Brasil na segunda metade do mês de abril de 2008, fazendo repercutir o pronunciamento crítico feito pelo comandante geral da Amazônia,

antropológica de situações etnográficas em que grupos originários habitam diferentes países e circulam entre suas divisas².

No norte e noroeste do Brasil, a ocupação efetiva das terras por habitantes não-indígenas é mais recente e mais rarefeita em comparação com a história da porção meridional e oriental do país. A Amazônia Ocidente-Setentrional é uma das fronteiras mais interiores do Continente, região florestal de difícil acesso atingida apenas por expedições e assentamentos provisórios durante os séculos iniciais da história nacional. Ainda hoje, a fronteira brasileira é - em muitos trechos de seu traçado norte e noroeste - mais uma linha imaginária cortando o meio de rios e a floresta virgem. Lá diversos grupos indígenas puderam escapar ao contato contínuo até tempos recentes, buscando áreas de refúgio e transitando livremente pela faixa que se tornou fronteira cartográfica entre Brasil e outros estados nacionais independentes. Puderam viver relativamente autônomos, fugindo ou trocando esporadicamente com expedições de cientistas, de extrativistas e comerciantes, de contrabandistas e traficantes, de mineradores, de guerrilheiros ou ainda acompanhando a circulação ou se integrando como soldados em tropas terrestres do exército brasileiro. Ao que parece, a questão das terras indígenas de Roraima tomou relevância depois que se criou um contingente de produtores agrícolas e pecuaristas que se apropriaram de grandes áreas de floresta para transformá-las em áreas produtivas, principalmente³, nas últimas quatro décadas na região.

No outro extremo, as fronteiras meridionais do Brasil estão consolidadas e ocupadas por não-índios há mais de dois séculos, demarcadas a ferro e a fogo ao longo de “guerras de fronteira” nas quais estiveram implicados diversos grupos indígenas (Guaicurus, Charruas, Guenoas, Yarós, Minuanos, Tapes, Guaranis, Kaingang etc.) aliados ora dos portugueses, ora dos espanhóis (esporadicamente com comerciantes ingleses e de outras nacionalidades), alguns deles levados à extinção ao mesmo tempo

general Augusto Heleno Pereira, sobre a incoerência da política indigenista brasileira, que demarca grandes áreas indígenas em regiões de fronteira, ameaçando (segundo ele) a paz, a segurança nacional e a soberania nessas regiões.

² Sobre a importância da problemática interétnica em situações de fronteira internacional, ver a coletânea feita por R.C. OLvera & S. Banes *Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras* (2005). Necessário seguir a sugestão de R.C. Oliveira na abertura dessa coletânea, quando consideram que a problemática das fronteiras étnicas (e culturais) tem nas situações de fronteiras internacionais um contexto privilegiado de observação e estudo etnográfico.

³ Eduardo Viveiros de Castro fez circular na internet texto contestando diversos argumentos contrários aos índios da região de Raposa Serra do Sol, inclusive o de que as terras demarcadas já faziam parte de propriedades compradas na região por brancos desde o século XIX. Embora a revista *Veja* (Editora Abril, edição de 30 de abril de 2008, pp.66-68) traga a informação sobre um fazendeiro desalojado cujo título de compra recua ao ano de 1884, tal situação ocorreu apenas numa área bem delimitada e que, no geral, os atuais arroteiros de Roraima são gaúchos chegados na região há poucas décadas.

em que ocorreu a ocupação de suas terras por fazendas, loteamentos coloniais e por cidades (Kern, 1994; Schmitz, 1991). Entretanto, alguns povos indígenas sobreviveram em ambas as margens das fronteiras internacionais que se criaram ao longo dos cursos fluviais que compõem o Rio da Prata, que transformam os rios Uruguai, Paraná e Paraguai em divisas internacionais entre a República do Uruguai, a Argentina, a República do Paraguai e o Brasil.

Horizonte Guarani na Região do Rio da Prata:

Os estudos etnológicos de grupos indígenas da fala Guarani que habitam atualmente as bacias hidrográficas do Paraguai-Uruguai demonstram continuidade tecnológica, sócio-econômica, lingüística, simbólica e cosmológica com as características reconstituídas em textos publicados por pesquisadores que estudaram os sítios arqueológicos com cerâmica Guarani e se debruçaram sobre a documentação escrita no Período Colonial, para constituir o que chamamos hoje de etnoarqueologia e de etnoistória dos povos Guarani⁴. Essas pesquisas possibilitaram formular em quadro de interpretação do processo cronológico de origem e de ocupação Guarani nessa vasta região, entendendo a bacia do Rio de Prata em sua ligação com outras paisagens que compõem as Terras Baixas, incluindo a porção meridional da bacia amazônica. Os Guarani são grupos descritos como possuidores de características culturais típicas do padrão de floresta tropical (Lathrap, 1975) (incluindo uso de canoa, rede, casa coletiva, culto aos ossos, canibalismo, perspectivismo animal, xamanismo com uso do tabaco, sistema de roça etc.), misturadas com traços culturais assimilados na porção oriental dos Andes (reconhecidos na cerâmica principalmente).

As datações radiocarbônicas indicam que os Guarani apareceram há milhares de anos como grupos especializados no cultivo de milho, batata-doce e mandioca doce (diferenciando-se da ênfase amazônica e do litoral norte na mandioca amarga), com a caça mantendo importância na dieta e os animais aparecendo como referências

⁴ A integração da arqueológica com a história e com a etnologia dos povos Guarani possibilita analisar algumas questões antropológicas mais estruturais (de longa duração), a fim de identificar características sociais e culturais no passado remoto e que perduram (um pouco alteradas) entre os Guaranis do presente. Veja-se a dissertação de mestrado do autor deste texto, onde questões ambientais, técnicas e econômicas foram tratadas de maneira relacionada pela abordagem da ecologia cultural (Souza, 1987). Há também as pesquisas de José P. Brochado (1989), J.P. Brochado & Fernando La Salvia (1989) e Pedro I. Schmitz (1979 e 1985).

cosmológicas⁵. Foram expandindo sua população do norte para o sul na bacia do rio Paraguai até ocuparem as florestas subtropicais e os mosaicos de campos e matas existentes na borda do ecossistema do Pampa e do Planalto Meridional brasileiro. A expansão populacional dos grupos Guaraní ocorreu pela conquista de territórios ocupados previamente por populações mais antigas, como eram os grupos adaptados às estepes pampeanas, ao litoral e ao Planalto desde os milênios anteriores. Originalmente, os Guaraní foram povos canoieiros e estiveram assentados sobre a quase todas as várzeas férteis de rios e lagoas da região do Rio da Prata, ocupando também o interior de áreas de floresta subtropical, a planície atlântica e as encostas do planalto ao sul de São Paulo, onde conseguiram reproduzindo sua modalidade doméstica de produção (seguindo as características apresentadas por Sahlins, 1976).

Eles assistiram portugueses e espanhóis chegando para ocupar a orla dos rios navegáveis nos tempos coloniais; também proveram o abastecimento alimentar e com outros gêneros primários o sustento dos primeiros povoados da região (como ocorreu no caso de Assunção). Foram encomendados por espanhóis, receberam os catecismos dos jesuítas, foram escravizados pelos bandeirantes e criaram mais de trinta povoados missioneiros prósperos dentro da *Província Jesuítica del Paraguay* nos séculos XVII e XVIII, que se estendia por ambas as margens dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai e congregava dezenas de milhares de guarani (Kern, 1982; Meliá, 1986). No Brasil, foram derrotados como povo nas Guerras Guaraníticas (1753-1756) e ao longo da Conquista Portuguesa das Missões (1801), muitos deles mortos nas tropas de fronteira ou convertidos em mão-de-obra camponesa às margens dos latifúndios pecuaristas que se criaram sobre suas terras, além das mulheres Guaraní servirem para a geração de mestiços formadores da população regional (Susnik, 1979-1980). Alguns grupos Guaraní fugiram adentrando as áreas de floresta até que seus refúgios fossem atingidos pela imigração de estrangeiros ou degradados pela exploração madeireira no último século.

Nesse processo, os grupos Guaraní foram obrigados a abandonar seu habitat preferencial nas margens pluviais, porque os rios tornaram-se disputados desde os tempos coloniais como caminhos de interiorização e suas margens serviam como ponta de lança capaz de consolidar a ocupação das terras limítrofes por vassallos dos impérios coloniais em disputa, ancestrais daqueles que se tornaram representantes dos países que,

⁵ A cosmologia guarani resguarda características similares ao modelo do perspectivismo ameríndio proposto por Viveiros de Castro (2002).

depois, conquistaram sua independência enquanto estados nacionais modernos. Expulsos dos rios, das terras transformadas em lavouras e em pastagens privadas, das matas abatidas, os Guarani recriaram seu sistema de vida ao longo dos séculos XIX e XX, exacerbando a mobilidade terrestre, a autonomia e divisão dos grupos domésticos em busca dos núcleos residuais de mata, exercitando um trânsito de famílias quase sempre reprimido pela aplicação regional da administração indigenista brasileira no sul, diretrizes políticas impulsionadas desde o Segundo Império até a penúltima década do século XX segundo o objetivo de concentrar e fixar os grupos indígenas em porções de terra diminutas, a fim de liberar áreas cada vez maiores para a implantação de lotes destinados a imigrantes europeus.

Na segunda metade do século XIX, algumas poucas aldeias de índios Guarani das Missões Jesuíticas foram administradas pelo Diretório de Índios na Província do Rio Grande do Sul (as aldeias de São Luiz Gonzaga, São Nicolau do rio Uruguai, São Nicolau da Cachoeira, Aldeia dos Anjos em Gravataí etc.⁶), para serem integradas economicamente, como reserva de trabalhadores braçais, ao sistema privado de propriedade da terra. Com a gestão republicana no Brasil (depois de 1889), produziu-se a suspensão na administração indigenista dessas aldeias porque tais índios foram considerados extintos pelos gestores do Estado brasileiro, justificando que as populações Guarani missioneiras fossem culturalmente reprimidas, pressionadas ao abandono da língua e dos costumes nativos; e, as mulheres estimuladas a casarem com militares e com outros luso-brasileiros (Souza, 1998). Assim, a gestão dos direitos territoriais Guarani foi anulada durante séculos no sul do Brasil, motivando que famílias Guarani resistentes usassem a estratégia étnica da mobilidade e da invisibilidade para fugir ao processo de constrição populacional dos índios imposto pelo Estado brasileiro (Fogel, 1998).

Nos tempos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI, desde 1911), as famílias Guarani encontradas em circulação no sul do Brasil foram empurradas para o interior de áreas reconhecidas para outras etnias indígenas (Kaingang principalmente), segundo os critérios do confinamento e da tutela (Souza Lima, 1998). A gestão indigenista provocou um velamento social e uma negação administrativa e jurídica dos direitos originários dos Guarani no sul do Brasil, estimulando para que houvesse uma migração

⁶ Informações sobre a administração dessas aldeias existem em conjuntos de documentos guardados como acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), cujo estudo já originou diversas publicações, a exemplo de uma sobre a Aldeia dos Anjos (AHRGS, 1991).

dos grupos Guarani em direção à região de Misiones (Argentina) e ao oeste do Paraguai, interior do Continente onde as florestas encontravam-se melhor preservadas e onde a ocupação civilizada chegava com maior retardo. O mesmo processo parece ter atingido os Guarani na fronteira internacional dos demais estados brasileiros, incluindo em São Paulo e no Mato Grosso do Sul.

A mobilidade dos Guarani foi tratada enquanto um índice de decomposição comunitária pela administração indigenista brasileira, opinião respaldada inclusive por etnólogos que puderam observar certos grupos em circulação (como o fizeram Curt Nimuendaju [1987] e depois Egon Schaden [1974]). A migração de algumas famílias Guarani do oeste em direção ao litoral de São Paulo nas primeiras décadas do século XX foi entendida como parte de um movimento profético de resistência contra-aculturativa, considerado como parte de um [suposto] inevitável colapso criado pelo contato com o mundo civilizado. A necessidade do Estado republicano era fixar as populações indígenas para transformá-las - segundo o projeto positivista dos militares - em uma população de trabalhadores rurais. Os Guarani escaparam disso metamorfoseando sua existência no movimento contínuo e no afastamento dos enlances oficiais do Estado, padrão incompatível com hipótese infundada de que os Guarani seriam sedentários antes da crise trazida pela civilização.

A suposição de que a “tradição” Guarani entrou em decadência com a expansão colonial é o substrato ideológico que fundamenta a problemática que se tornou clássica na etnologia Guarani: a busca da Terra-sem-Mal. Nimuendaju foi pessimista quanto ao destino dos Guarani e entrou em conversação com representantes de grupos migrantes para convencê-los pelo seu retorno ao local de “origem” a ocidente, supondo que sua presença próxima ao litoral atlântico fosse uma extrapolação da territorialidade Guarani, como se ali eles estivessem fadados ao desaparecimento enquanto grupo étnico. Hoje, a arqueologia e a etnologia podem demonstrar que a mobilidade dos grupos familiares é um traço característico dos povos Tupi-Guarani desde milhares de anos e que a dificuldade de reconhecimento da territorialidade Guarani é consequência do abismo existente entre a demanda estatal de constrição e de contenção populacional indígena e as estratégias étnicas de reprodução cultural, fora do controle exercido pelo indigenismo paternalista e tutelar e para escapar da pressão populacional criada pela ocupação privada das terras.

Neste quadro, a mesopotâmia Uruguai-Paraná tornou-se refúgio para os grupos Guarani escapando da pressão sobre a terra e da tutela indigenista brasileira (e também

da Argentina), por ser a região que resistiu por mais tempo ao processo de exploração comercial das florestas e à ocupação produtiva pela “revolução verde”. Trata-se da atual Província de Misiones (Argentina), que concentra hoje a maior parte das comunidades Guarani (segundo “Informe” da antropóloga Ana Gorosito Kramer, 2007).

Para escapar das simplificações, no entanto, a territorialidade Guarani não pode ser compreendida apenas a partir dos eventos de curta duração da atualidade, porque os Guarani foram constantemente deslocados ao longo da história para todas as margens dos rios formadores do Rio da Prata, desde o tempo das Missões jesuíticas. Se nas últimas décadas o movimento predominante é o trânsito de grupos familiares Guarani vindos do Paraguai e da Argentina em direção ao sul do Brasil, ao ponto deles serem considerados estrangeiros no Rio Grande do Sul, esse sentido não foi nem é exclusivo.

Sabemos que a conquista de novos espaços florestais é um processo característico da territorialidade Guarani desde a história pré-colombiana, que se expandiu sobre territórios ocupados anteriormente por outros grupos indígenas. Sabemos que os sítios arqueológicos Guarani estão distribuídos nas várzeas de baixa altitude em todos os cursos de água do Rio Grande do Sul e dos demais estados do sul do Brasil. Sabemos também que os jesuítas levaram os Guarani do oeste de São Paulo para o território atualmente pertencente à Argentina e ao Paraguai (Montoya, 1985) para escapar dos escravistas bandeirantes, de onde os Guarani, depois de 1650, reocuparam o território do atual Rio Grande do Sul para se tornarem criadores de gado bovino, ovino, eqüino e muar, o que fez eles expandirem sua territorialidade tradicional para as áreas de campo. Fundaram os Povos das Missões e de lá estenderam atividades produtivas que incorporaram também territórios correspondentes ao que é hoje boa parte do atual Rio Grande do Sul e da República do Uruguai. Os Guarani missioneiros foram habitantes da Banda Oriental do rio Uruguai até que ocorresse a Conquista das Missões por paulistas e curitibanos em 1801.

Depois da Constituição Federal Brasileira de 1988, a mobilidade dos grupos Guarani passou a ser finalmente respeitada no Brasil, levando ao aparecimento de dezenas de acampamentos provisórios criados na beira das rodovias, sem que os órgãos oficiais e as forças policiais executassem o deslocamento forçado das famílias Guarani para o interior das áreas indígenas já reconhecidas (como acontecia antes). Ao mesmo tempo, a expansão na exploração madeireira e os reflorestamentos com espécies exóticas (ao abastecimento das indústrias de celulose) no norte da Argentina e oeste do Paraguai estão acabando com o isolamento dos espaços tradicionais Guarani, impondo

um convívio crescente com não-indígenas e com instituições governamentais, religiosas e não-governamentais. A crise ambiental dilui as alianças familiares dentro das aldeias, levando a uma fragmentação das parentelas, provocando o deslocamento de grupos familiares em busca de novos espaços para morar. Por isso, o movimento dos Mbyá-Guarani de Misiones para o Rio Grande do Sul é a atualização de seus parâmetros cosmo-ecológicos, a retomada de caminhos considerados tradicionais pelos atuais Guarani. Nos termos de Gorosito Kramer:

Los pueblos que componen la macro etnia guarani tienen su mayor concentración en la región comprendida por los estados de Mato Grosso do Sul, Sur y Sudeste del Brasil, el Paraguay Oriental y en la Provincia de Misiones (Argentina). Se trata de una región densamente poblada por más de 300 comunidades (tekoá) que nuclean a unas 100 mil personas, con alta movilidad transfronteriza y afectada por un proceso acelerado de cambio socioambiental (CTI, 2007). En esta región, los pueblos guaranies se autodefinen étnicamente en tres grandes núcleos: Mbyá, Pai Tevyterá, Paño u Kayová, y Avá Katú Eté, Avá Chiripá o Ñandéva. Estas distinciones refieren a variantes lingüísticas y culturales que no impiden el reconocimiento de su gran afinidad (en relación con otros pueblos indígenas y con la población regional) y el estar afectados por problemas comunes (2007:1).

Contribuições da etnografia Mbyá-Guarani ao estudo das fronteiras internacionais platinas

A historiografia oficial brasileira transformou os Guarani em “estrangeiros em sua própria terra” (de maneira similar ao que Meliá [1988] aponta para o caso do Paraguai), reduzindo-os a personagens do passado, ao mesmo tempo em que há apenas o reconhecimento da incorporação de poucos elementos culturais Guarani (domesticados) na composição da identidade do gaúcho rio-grandense (o chimarrão, por exemplo), como se os povos Guarani tivessem desaparecido completamente. O ciclo histórico dos Sete Povos das Missões⁷ foi, durante muito tempo, tratado como parte de um capítulo marginal (porque estrangeiro) da história do Rio Grande do Sul, porque os Guarani foram integrados como vassalos do rei de Espanha pelos jesuítas coloniais e também porque eles integravam parte dos 30 Povos Guarani existentes na “Província do Paraguai”, configurando um domínio originário que a conquista portuguesa precisou anular dos documentos e que os brasileiros fizeram recair no esquecimento

⁷ Os jesuítas espanhóis fundaram sete povoados missioneiros com os Guarani na chamada Banda Oriental do rio Uruguai, em território que corresponde ao atual noroeste do Rio Grande do Sul.

historiográfico. A idéia de que os Guarani são estrangeiros é ainda muito vigente no meio intelectual do Rio Grande do Sul, estimulada também durante a mobilização afetiva e militar do nacionalismo imperial contra as tropas dos Guarani do Paraguai, ocorrida durante a Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai).

No Rio Grande do Sul, os Guarani dos Sete Povos são considerados extintos e suas obras arquitetônicas - convertidas em ruínas - foram integradas como parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, monumentos mantidos dentro de parques arqueológicos protegidos pela União Federal brasileira. São Miguel Arcanjo é um parque que se destaca pela beleza e grandiosidade da ruína da igreja jesuítica, ao ponto de ser reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, assim como aconteceu com San Ignacio Mini (Argentina) e Trinidad (Paraguai).

Entretanto, indivíduos e grupos familiares Guarani continuam em circulação pelo sul do Brasil, cruzando as fronteiras internacionais para atualizar os fundamentos de sua cosmo-ecologia⁸. Diversas situações etnográficas servem para analisar a situação vivida pelos atuais Guarani que circulam pelo território dos antigos Sete Povos.

⁸ As fábulas míticas dos *Mbyá* apresentam conhecimento filosófico sobre a existência humana, e demonstram um saber detalhado sobre os elementos da paisagem, sobre os ciclos da astronomia, climáticos e meteorológicos típicos do ambiente subtropical em que habitam. O quadrante sul é a direção predominante dos ventos frios de inverno (o Minuano). O norte, a direção dos ventos quentes de verão e para onde se desloca a órbita do sol numa parte do ano. A bruma e seu frescor são vividos como índices de um novo ciclo de vida, experimentados pelos *Mbyá* no ambiente da floresta, logo que cada nova primavera desponta. O leste referencia a aurora e o nascimento de cada novo dia de sol. O oeste representa o equilíbrio trazido pelas chuvas de verão, das águas que aplacam o calor, tranquilizam os ânimos e irrigam a terra, as plantas e os animais.

A mitologia *Mbyá* reverencia os astros celestes, as plantas e suas flores, os pequenos animais como o colibri, a coruja, a cigarra, o gafanhoto, o girino, o tatu e o lagarto. Todos são pensados enquanto reflexos terrenos das forças criativas do cosmos, tendo uma participação importante na composição do sentido integral, cosmológico e existencial do Saber *Mbyá*.

O conhecimento *Mbyá* é preciso no mapeamento e designação das diversas regiões que constituem parte de sua territorialidade continental. A toponímia fixada pela geografia histórica e atual o demonstra em todos os países em que habitam, pois abundam palavras com reconhecida origem Guarani para designar acidentes geográficos, rios e lugares.

A cosmo-ecologia *Mbyá-Guarani* classifica a Região Platina em quatro grandes unidades geográficas, distribuídas numa sequência que vai do interior do continente até o litoral atlântico. No atual Paraguai se localiza *Yvy Mbité*, o centro do mundo, ressurgido depois do dilúvio primordial, região outrora recoberta com densas e exuberantes florestas, no estilo que os *Mbyá* acreditam que fosse todo o disco terrestre, no momento da criação. O substrato aquático não se apartou por completo na terra nova, inundando a região a leste do centro do mundo e constituindo *Pará Miri* (mesopotâmia Paraná-Uruguaí, atualmente *Provincia de Misiones*, Argentina). Na banda oriental do rio Uruguai, adentra-se a região do *Tape* (caminho tradicional), zona de circulação e acesso à borda do estrato aquático, a grande água (*Pará Guaçu*) que a geografia denomina Oceano Atlântico.

Essas unidades cosmo-ecológicas sobrevivem apesar das intensas lutas de fronteira que culminaram na divisão do território Guarani entre os países do atual Mercosul, depois que muitos deles morreram. Os *Mbyá* foram espremidos pelas sociedades nacionais, entocados nas últimas florestas que ainda existem, depois da devastação madeireira. Eles se afastaram cada vez mais do eixo fluvial de sua antiga vida tribal, vivendo tão à margem da legalidade entre os países quanto o contrabando que se faz pelos rios. Na República do Paraguai, os *Mbyá* são tratados, até hoje, como selvagens primitivos.

Desde o início da década de 1990, São Miguel voltou a ser freqüentada por índios Mbyá-Guarani em circulação pela região, até que eles obtiveram licença de permanência dentro do parque federal protegido para venderem seu artesanato. A partir de uma articulação entre lideranças Mbyá e instituições de apoio, eles conseguiram o reconhecimento de uma área de floresta pelo Governo do Estado em 2001, para a criação de da *Tekoa Koenju* (Aldeia do Alvorecer) distando quase trinta quilômetros das ruínas. Apesar disso tudo, os Mbyá continuam descritos como índios estrangeiros para muitos moradores locais, como se fossem recém chegados da Argentina.

No Brasil, os *Mbyá-Guarani* vivem em comunidades pequenas, organizadas em acampamentos familiares ou em aldeias mais permanentes, em geral com dezenas de habitantes, havendo algumas terras demarcadas, isto é, reconhecidas pelo governo como Terras ou Reservas Indígenas. A grande mobilidade de indivíduos e famílias entre as comunidades, que tem um sentido ritual é, também, uma forma de sobrevivência, já que não é mais possível reproduzir integralmente as estratégias tradicionais na obtenção de alimentos, devido à escassez resultante da degradação do meio ambiente e da pequena dimensão das áreas disponíveis para a coleta, a caça e a pesca. As proibições impostas pela legislação ambiental – como a de fazer queimadas controladas para preparar as roças – também impossibilitam seus plantios tradicionais.

Faltando espaço e condições à reprodução de suas técnicas tradicionais de produção, os *Mbyá* valem-se da confecção e venda de artesanato (cestos, esculturas zoomórficas, réplicas de arcos e flechas, pequenas flautas, pingentes etc.) como principal forma atual de sustento. Precisam contar, também, com os benefícios previdenciários e assistenciais a eles destinados por órgãos governamentais e não-governamentais.

Hoje, no Brasil, a população Mbyá está estimada em seis mil pessoas. No Rio Grande do Sul, são dois mil (aproximadamente) distribuídos em cerca de vinte e duas comunidades localizadas nas proximidades do litoral atlântico, nas margens ocidental e norte da Laguna dos Patos, na margem oriental do Lago Guaíba, no alto rio Jacuí e na região das Missões, no noroeste do estado. Existem outras dezenas de comunidades *Mbyá-Guarani* em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no

Para Miri resguarda a dimensão pluvial do antigo modo de ser Guarani, na época em que os rios Paraguai, Paraná e Uruguai escoavam no centro de seu mundo, como suas antigas canoas e casas coletivas, a ornamentar a paisagem. Atualmente, a região de Misiones concentra a maior porção de mata preservada entre as unidades geográficas Mbyá.

Espírito Santo. Na Argentina, são talvez oito mil indivíduos, vivendo em 53 comunidades localizadas na *Província de Misiones*. No Paraguai são talvez sete mil, distribuídos em mais de cem comunidades. Estão presentes, também, no Uruguai, nas proximidades de Montevidéu. No total, a população Mbyá atual soma por volta de vinte e uma mil pessoas unidas numa rede social de parentesco e aliança que se estende por centenas de quilômetros, ultrapassando as fronteiras políticas arbitrariamente criadas entre estados e países.

Embora muitas comunidades *Mbyá* estejam localizadas na mesma região em que houve o ciclo histórico das Missões Jesuítico-Guarani do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil, apenas neste último país eles têm conseguido acesso livre às áreas protegidas como parques arqueológicos e como patrimônio. Sua ausência junto às ruínas das Reduções jesuíticas é explicada como resultado das Guerras Guaraníticas (1753-1756) e da conquista militar promovida ao longo da história de formação das nações platinas.

Existe o argumento historiográfico de que os *Mbyá* não teriam vivido nas Reduções – seriam descendentes daqueles que se mantiveram em áreas inóspitas, conforme relato de exploradores e viajantes dos séculos XVII e XVIII sobre os Guarani que fugiram para o fundo das florestas, arredios ao contato com os jesuítas –, idéia que é utilizada por alguns técnicos para justificar a retirada deles de dentro dos Sítios Missioneiros. Trata-se de uma interpretação distorcida, que reproduz o discurso presente em textos jesuíticos coloniais, nos quais aparecia uma oposição radical entre os Guarani cristãos e os pagãos, como se os primeiros tivessem sofrido completa conversão religiosa, ao ponto de abandonar suas tradições originárias.

As narrativas mitológicas dos atuais *Mbyá* contradizem tal interpretação. Sua tradição oral revela uma íntima ligação com as Missões, identificadas como *Tava Miri*, Aldeias Sagrada de Pedra em que os jesuítas foram recebidos pelos antigos Guarani. As pesquisas etnoarqueológicas apresentam resultados que discordam da idéia de que os jesuítas tenham feito a completa conversão dos Guarani; ou, que estes tenham perdido o contato com as matas e com os que ali viviam, afastados do cotidiano das Missões. Pesquisas recentes demonstram a permanência de laços entre os Guarani, dentro e fora das Reduções, bem como a preservação de práticas tradicionais, por meio de diferentes estratégias, mesmo entre os que viveram junto aos jesuítas.

A pesquisa etnográfica entre os *Mbyá-Guarani* atuais é oportunidade singular para entrever e testar questões sociais relevantes sobre a conformação das nações que atualmente compõem o chamado Mercosul. Instigante constatar que os *Mbyá* possuem

consciência sobre seus direitos originários e sobre as necessidades de manutenção de seu modo de vida diferenciado, independente do lado da fronteira em que estejam e apesar das diferentes formas como são tratados em cada uma das nações em que habitam e freqüentam. Direitos originários que não são reconhecidos plenamente como tal, que foram silenciados e esquecidos, mas que hoje estão no centro da atenção nacional que se mobiliza em torno ao receio frente à suposta estrangeirice dos Guarani e das demais etnias indígenas ocupantes de fronteiras internacionais.

Bibliografia

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRGS)

1990 - *Os Índios D'Aldeia dos Anjos: Gravataí: século XVIII*. Porto Alegre:EST.

BROCHADO, José Proenza.

1989 - “A expansão dos Tupi e da cerâmica policrômica amazônica” *Dédalo*, São Paulo, 27:65--82.

BROCHADO, J.P. & LA SALVIA, F.

1989 – *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p.

FOGEL, R. (copilador)

1998 – *Mbyá Recové: La resistencia de um pueblo indômito*. Assunção: CER/Universidad Nacional de Pilar.

KERN, Arno Alvarez

1982 - *Missões uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

1994 - *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

LATHRAP, Donald W. *O Alto Amazonas*. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

MELIÁ, Bartomeu S.J.

1986 - *El Guaraní conquistado e reducido*. Asunción: Assunção: CEADUC, Universidad Católica N.S. de la Asunción.

1988 - *Una nacion, dos culturas*. Assunción: Imprenta Salesiana.

MONTOYA, P. Antonio Ruiz de

1985 - *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Parana, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro.

NIMUENDAJU, Curt Unkel.

1987 - *As lendas de criação e destruição do mundo*. São Paulo: Hucitec/Edusp.

SAHLINS, M.

1976 – *Âge de Pierre, Âge D'Abondance. L'Économie des Sociétés Primitives*. Paris: Gallimard.

SCHADEN, E.

1974 – *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo: Edusp.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. “Uma pré-história para o Rio Grande do Sul” e “1. O mundo da caça, da pesca e da coleta”. *Pré-história do Rio Grande do Sul*. Documentos 05.

São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991, pp. 7-31.

SOUZA, J.O. C.

1998 – *Aos Fantasmas das Brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de populações originárias no sul do Brasil (RS)*. Tese de Doutorado.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de.

1998 - *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

SUSNIK, Branislava.

1979-80 - *Los aborígenes del Paraguay*. Tomo 2: Etnohistoria de los Guaraníes (Época colonia). Asuncion: Museo Etnografico Andres Barbero.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo Batalha. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac e Naify, 2002.